



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 3

**“PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS,
POLÍTICA E CIDADANIA”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA

MR3.2. Direitos Humanos e Desafios para a Democracia Latino-americana

EMENTA

Desafios atuais para os Direitos Humanos na América Latina. Gestão do conhecimento e educação na América Latina: o que (não) aprendemos de nossas experiências. Direitos Humanos: Justiça e Memória no Brasil. Direitos Humanos e Desigualdades na Globalização

Coordenador: Daniel Rubens Cenci – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ – BRASIL)
Fernando Estenssoro: Instituto de Estudios Avanzados de la Universidad de Santiago do Chile – (USACH – CHILE)
Alain Santandreu Carpi: Consultor da Organização das Nações Unidas – (ONU - URUGUAI)
Tarson Nuñez: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - (UFRGS- BRASIL)
Gilmar Antônio Bedin: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO INSTRUMENTO DE PAZ SOCIAL E TRATAMENTO DE CONFLITOS (autor(es/as): **CHARLISE PAULA COLET GIMENEZ**)

NA ARGENTINA TANGOS, NO BRASIL TRAGÉDIAS! LÁ MATRIMÔNIO IGUALITÁRIO, AQUI UNIÃO CIVIL. (autor(es/as): **CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES**)

A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA PÓS-MODERNIDADE: UMA VISÃO CRÍTICA (autor(es/as): **Fátima Fagundes Barasuol Hammarström**)

CHALÉ DA CULTURA DO GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO: PARA ALÉM DO LÚDICO, ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE (autor(es/as): **juliane meira winckler**)

O controle social na América Latina (autor(es/as): **Michele Lucas de Castro**)

UM RECORTE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS: PERSPECTIVAS E PROJEÇÕES (autor(es/as): **ROSEMERI TEREZINHA FERREIRA DA ROCHA**)

A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO HUMANO E LIBERDADES POLÍTICAS SEGUNDO AMARTYA SEN (autor(es/as): **Tatiana Nascimento Heim**)

IDENTIDADE CULTURAL E GLOBALIZAÇÃO: VIESES PARA UM DIREITO FUNDAMENTAL (autor(es/as): **Nathércia Cristina Manzano Magnani**)

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: O PARADIGMA DOS DIREITOS HUMANOS NAS OBRAS DE EMMANUEL KANT, HANNAH ARENT E NORBERTO BOBBIO. (autor(es/as): **Igor Sulaiman Said Felício Borck**)

MR3.3. Política, Cidadania e Democracia na América Latina

EMENTA

No atual processo de consolidação democrática que vive a região, com governos de perfil progressista, a emergência da problemática social e ambiental tem se transformado num original campo de lutas o qual coloca novos desafios teóricos e conceituais que interpelam a noção clássica de democracia. O esgotamento da mediação realizada pela classe política e os partidos possibilitam o surgimento de cenários em que a cidadania e os movimentos sociais procuram maiores espaços de interlocução num ambiente marcado pelos conflitos políticos e sócio-ambientais decorrentes dos interesses contrapostos existentes em nossas sociedades. Nesse sentido, a presente Mesa Redonda procura refletir sobre o papel da cidadania na ampliação das práticas democráticas e na formulação de políticas públicas que visem atender as necessidades da população e sua inclusão no processo de deliberação e resolução dos conflitos em escala local, regional e global num contexto em que se faz cada vez mais patente a crise do capitalismo como projeto civilizatório.

Coordenador: Fernando Marcelo de la Cuadra (RUPAL/UFC - BRASIL)
Alba María Pinho de Carvalho (RUPAL/ UFC - BRASIL)
Héctor Alimonda (CPDA/UFRRJ - BRASIL)
Antonio Elizalde: Editor da Revista Polis da Universidad Bolivariana – (CHILE)
Pedro Sánchez Vera: Universidad de Murcia - (ESPAÑA)

3.3 (A)

CONFLITOS E CONTROVERSÍAS ENTRE ATORES NA DIMÂMICA DE CONSELHOS MUNICIPAIS: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE CURITIBA – CONCITIBA (autor(es/as): **Alexandre Hojda**)

SOCIEDADE CIVIL, DESENHO INSTITUCIONAL, PARTICIPAÇÃO E SUBVERSÃO NA CONSTRUÇÃO DE PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS NO BRASIL (autor(es/as): **Elson Manoel Pereira**)

FÓRUM DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CHAPECÓ: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO (autor(es/as): **Graciela Alves de Borba Novakowski**)

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AQUÍRAZ (autor(es/as): **Patrícia de Pontes Teixeira Lima Alhadeff**)

A Natureza Ambígua de Conselhos Municipais de Políticas Públicas, Orientada Legal e Politicamente. (autor(es/as): **Pedro Fauth Manhães Miranda**)

O SENTIDO DA AÇÃO POLÍTICA: O CONCEITO DE HABITUS NA RELAÇÃO INDIVÍDUO SOCIEDADE NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO (autor(es/as): **Roberto Dombroski de Souza**)

VONTADE POLÍTICA E CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS: DIRETRIZES BÁSICAS PARA A REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO (autor(es/as): **SILVIO DOMINGOS MENDES DA SILVA**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

3.3 (B)

PARTICIPAÇÃO: UM DIREITO DAS CRIANÇAS (autor(es/as): **Cristiane Sander**)

A PARTIDARIZAÇÃO DO PROTAGONISMO JUVENIL: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS JUVENTUDES PARTIDÁRIAS NO BRASIL (autor(es/as): **José Elias Domingos Costa Marques**)

TERRITORIALIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E EXCLUSÃO SOCIAL NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E O CASO BRASILEIRO (autor(es/as): **Maria Goretti Dal Bosco**)

ACESSIBILIDADE: A INCLUSÃO DAS PESSOAS DEFICIENTES COMO UMA RESPONSABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **morgana moura lima**)

PENSAR A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS PARA A AMÉRICA LATINA, A PARTIR DO CASO DA ISLÂNDIA (autor(es/as): **Rodrigo da Silva Camargo**)

ACIDADANIA E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (autor(es/as): **Rosa de Lourdes Aguilar Verástegui**)

A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO FORMA DE ACESSO À SEGURIDADE SOCIAL: PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA. (autor(es/as): **Naiara Braatz Garcez et alii**)



FORUM DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CHAPECÓ: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO

GRACIELA ALVES DE BORBA NOVAKOWSKI

SCHEILA GIRELLI

RESUMO: O Fórum de Resíduos Sólidos de Chapecó (FRSC), criado como um local de discussões e participação da sociedade civil, dos setores público e privado, para discutir as problemáticas ambientais do município de Chapecó (SC), especialmente no que tange aos resíduos sólidos sua geração, armazenamento, transporte, educação, assim como os problemas sociais com catadores do município, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O trabalho teve como objeto de estudo o Fórum de Resíduos Sólidos de Chapecó (FRSC), e seu papel na discussão de políticas públicas para o gerenciamento dos resíduos sólidos. Para veracidade das informações foi utilizado como instrumento de pesquisa à observação participante. Também utilizamos da análise documental, em documentos do FRSC como: ATAS, Regimento Interno, registro de informações em jornais e internet. Espaço em que conceitos se divergem e interesses pessoais permeiam de forte persistente, se faz muito importante à participação e forma de atuação do mediador de cada evento, permitindo que o espaço se torne de discussão e troca de informações para melhorar a situação. Desde sua criação o Fórum recebeu discussões relevantes de questões ambientais que tem reflexos diretamente em questões sociais e econômicas. **Palavras-chave:** participação, formação política, catadores.



INTRODUÇÃO

A questão dos resíduos sólidos e da inclusão social dos catadores de materiais recicláveis apresenta-se hoje como um eixo estratégico para o poder público e a sociedade, possuindo implicações sociais, ambientais, culturais e econômicas. As implicações comportamentais relacionadas às práticas de consumo da sociedade repercutem diretamente nas questões ambientais, porque lida com um dos elementos de maior impacto no meio ambiente: os resíduos urbanos.

Do ponto de vista social, envolve diretamente, as famílias que provêm seu sustento de um sistema de consumo do qual são, eles próprios, excluídos. Trata-se, ao mesmo tempo de um problema urgente a ser investigado e da implantação de uma política de inclusão e correção de distorções sociais históricas.

O município de Chapecó no oeste de Santa Catarina, segundo dados do Censo/IBGE de 2010 possui uma população total de 183.530 mil habitantes, sendo 168.113 no meio urbano (91,60%) e 15.417 no meio rural (8,40%) vivencia o agravamento do destino final e coleta seletiva dos resíduos sólidos cumprimento as exigências ambientais impostas. De acordo com dados coletados junto à empresa que realiza a coleta seletiva no município são produzidas 110 toneladas/dia de resíduos sólidos, sendo que a média mensal é de 70 toneladas de material reciclável, das quais apenas uma pequena parte é apropriada e passa pelo processo de triagem realizado pelos catadores.

A empresa que faz a coleta seletiva tem a responsabilidade que foi estabelecido pelo Poder Público de entregar o material reciclável coletado diretamente nos galpões de catadores legalmente organizados.

O estudo teve como objetivo identificar possibilidades de se criar espaços e locais de discussões e participação da sociedade civil, dos setores público e privado, para discutir as problemáticas ambientais pertinentes ao município especialmente no que tange a geração, armazenamento, transporte, educação e inclusão dos catadores neste processo.

A escolha da problemática em estudo e do universo de pesquisa se justifica por tratar de tema relevante pouco pesquisado na região sob a ótica das formas de organização e participação dos atores sociais investigados.

Por outro lado, a escolha também se justifica em função da inserção da autora como representante da Unochapecó em espaços de discussão, representação e deliberação das questões relacionadas às associações de catadores de material



reciclável, tais como o Fórum de Resíduos Sólidos do Município de Chapecó, Fóruns de Economia Solidária e Movimentos Sociais.

A população preocupada com esta problemática através de uma oficina envolvendo organizações envolvidas diretamente com questão dos resíduos sólidos, catadores e coleta seletiva para juntos discutir e entender o processo que hoje estão vivenciando que tem agravantes sociais, econômicos e ambientais.

A universidade não tem ficado de fora desse debate. Se nas atividades de ensino tem se problematizado questões centrais sobre a exclusão, muitas pesquisas têm produzido aportes teóricos que possibilitam análises consistentes sobre tal fenômeno. No campo da extensão universitária, ampliam-se as ações na perspectiva de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas por ela atingida.

PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO

O Fórum surgiu devido à necessidade de se pensar e trabalhar de forma articulada a coleta seletiva e gerenciamento dos resíduos sólidos no município de Chapecó/SC, inserindo os catadores de materiais recicláveis no processo e tendo o seu reconhecimento enquanto categoria principal na discussão das políticas públicas relacionadas à temática dos resíduos sólidos.

A discussão para compreender o gerenciamento dos resíduos sólidos no município de Chapecó e o trabalho dos catadores com uso de tração animal deram início a discussão sobre a necessidade de criação de um Fórum.

Assim, em 2010 a Associação de Catadores de Chapecó (ACMARC), após aprovar um projeto social com apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP da Unochapecó para captação de recursos, visando à aquisição de equipamentos para o trabalho. O projeto tinha como uma das metas e como contrapartida da associação a realização de uma Oficina/Seminário envolvendo instituições locais que estão envolvidas diretamente com a coleta seletiva.

O movimento iniciou em 22 de Julho de 2010 no município de Chapecó, provocada pela Associação de Catadores de Chapecó - ACMARC, que há a doze anos trabalho com a triagem do material reciclável no município.

A Oficina de “Planejamento Estratégico – Modelo de Gestão de Resíduos Sólidos” foi mediada pelo Diretor do Instituto Vonpar de Porto Alegre (RS) e realizada na Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapeco. Deste encontro resultou



um planejamento de ações a serem executadas pelas instituições presentes até o ano de 2012. Estas visavam otimizar o sistema de coleta / destinação dos resíduos através do reordenamento da política pública de resíduos sólidos, articulando a diversidade de forças, processos e organizações via fórum de trabalho interinstitucional, referente a resíduos, atento aos aspectos educacionais, ambientais e sócio/econômicos.

A partir desta data o grupo continuou os encontros com o auxílio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP da Unochapecó manteve reuniões mensais com a participação das instituições que fizeram parte do primeiro encontro.

A ITCP é um Programa Permanente de extensão, visa efetivar espaços alternativos de formação profissional a acadêmico de diferentes cursos que a instituição disponibiliza, através do fomento em atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas à Economia Solidária. Sua proposta central se traduz na atuação junto a grupos sociais excluídos do mercado do trabalho e renda.

As pessoas por ela atendida se encontram à margem da economia formal e buscam através da organização coletiva baseados nos princípios do cooperativismo e associativismo, acesso aos direitos, especialmente no que tange ao trabalho. Atualmente a ITCP assessora seis empreendimentos econômicos solidários associações de catadores legalmente constituídos no município de Chapecó e as discussões no que juntos fortalecem com sua experiência fazem parte das discussões do FRSC.

De acordo com Silva(2002), a extensão, compreendida como espaço democrático das ciências, é o resultado das dimensões teóricas que alicerçam o projeto de universidade e conduzem o planejamento das ações na sociedade.

Em dezembro de 2010, iniciaram as discussões para elaboração do Regimento Interno de forma participativa, o documento foi finalizado em fevereiro de 2011 após três encontros de construção. De acordo com o regimento interno criado em 2011, a partir de uma discussão participativa, o FRSC é um colegiado de discussão, consultivo no âmbito de seus objetivos, encaminhamentos de providências e medidas necessárias à defesa do meio ambiente.

Até o momento o FRSC vinha sendo coordenado por uma coordenação provisória, no dia 29 de março de 2011 foi realizada reunião ordinária na câmara de vereadores do município para eleição da coordenação (diretoria) e definição dos grupos de trabalho com as respectivas coordenações.

Assim, a coordenação ficou definida e composta pelos seguintes instituições: Coordenação Geral: UNOCHAPECÓ, Coordenação Adjunta: Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, Secretaria: ACIC, Secretaria Adjunta: CASAN, Coordenador De



Projetos: VERDE VIDA e Coordenador De Projetos Adjunto, Associação de Catadores de Chapecó – ACMARC.

Em abril de 2012 foi realizado o planejamento das ações do FRSC relacionando com atividades do município e discussões pertinentes a Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada recentemente pela Lei Federal nº 12.305/10, é o mais novo instrumento para a preservação do meio ambiente, que tem por fim minimizar os impactos causados pelos resíduos derivados dos meios de produção e do consumo de inúmeros produtos.

Após um grupo de instituições como universidades, empresas privadas observarem o trabalho que os catadores vinham desenvolvendo de forma precária no processo de separação do material reciclável sem nenhuma condição de trabalho. Também buscavam compreender ou obter maiores informações de como o Poder Público procede no o destino do material reciclável e o orgânico. Identificando que as cargas de materiais não são distribuídas de forma igualitária do município e não dispõe de controle e gestão.

Participam ativamente do FRSC 21 Instituições locais entre elas Universidades, Poder Público, Ministério Público e representantes de associações de catadores de materiais recicláveis.

O PAPEL DOS CATADORES: UM CENÁRIO DESAFIADOR

Parcela das associações de catadores atualmente vem tentando buscar sua liberdade e autonomia produtiva diante da cadeia da reciclagem, significando com isso uma maior inserção e reconhecimento da categoria no meio social, resultado de uma ação social efetiva nas democracias contemporâneas. Apesar dos avanços, a ampliação de seus direitos só será possível por meio da mobilização desses atores sociais. Entretanto, essa não é uma tarefa fácil, pois eles ainda se inserem de forma marginal na economia capitalista, muitas vezes de forma não-organizada, submetendo-se às imposições do capital.

Há, portanto, a necessidade de se organizarem para que possam participar da democratização das democracias em que se inserem. Uma forma de mobilização é a formação de empreendimentos em redes de economia solidária. Essas buscam difundir empreendimentos de cooperação econômica como uma forma alternativa ao capitalismo.

Há, portanto, a necessidade de se organizarem para que possam participar da democratização das democracias em que se inserem. Uma forma de mobilização é a formação de empreendimentos em redes de economia solidária. Essas buscam difundir



empreendimentos de cooperação econômica como uma forma alternativa ao capitalismo. O reconhecimento desses empreendimentos pelo Estado poderá possibilitar, além da participação na economia, a participação política efetiva desses atores nos assuntos a eles diretamente relacionados.

O reconhecimento desses empreendimentos pelo Estado poderá possibilitar, além da participação na economia, à participação política efetiva desses atores nos assuntos a eles diretamente relacionados.

Com relação aos grupos organizados de catadores, entendidos como atores prioritários na implementação de programas de coleta seletiva no âmbito da gestão compartilhada, cabe ao município oferecer as condições necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho, como afirma Chenna (2001, p. 80):

O catador foi eleito, foi reconhecido como um trabalhador de limpeza urbana, e, portanto merece de nossa parte todo um investimento numa perspectiva de oferecer uma logística, ajudá-lo na estruturação de sua atividade. Não estamos fazendo nenhum favor para os catadores e eles não estão fazendo nenhum favor para a cidade: é uma relação de cidadania, de convivência social e de necessidade de busca de soluções alternativas.

Assim, os programas implantados têm como premissa a organização, capacitação e consolidação do trabalho dos catadores como elementos prioritários da gestão.

Os problemas ambientais decorrentes de uma gestão inadequada dos resíduos sólidos reforçam a urgência de políticas ambientais que sejam capazes de conter a degradação ambiental. O envolvimento dos diversos atores sociais torna-se indispensável para se lidar com os desequilíbrios ambientais e sociais (CARELLI; MENEGASSO, 2005).

A logística de implantação consiste na cessão de áreas municipais nas quais são instalados galpões equipados com todo o material necessário para o processo de coleta seletiva: containers para armazenamento dos recicláveis, esteiras para o processo de separação e prensas para o enfardamento do material que será comercializado. O fluxo de materiais recicláveis para estas centrais de triagem é realizado segundo diferentes modelos: exclusivamente pelas prefeituras, pelas prefeituras em conjunto com a cooperativa/associação ou exclusivamente por catadores.

O trabalho desenvolvido pelos catadores tem levantado debates sobre desenvolvimento alternativo, em geral, particularmente sobre cooperativismo e economia solidária, têm sido centrados no âmbito local. A cooperação – sob uma nova forma de solidariedade aparece quando se formam essas redes de economia solidária (ES). Aqui,





solidariedade não se refere às formas abstratas de solidariedade praticadas pelo Estado, nem às de caráter comunitário.

Estudos que têm buscado investigar a evolução populacional na região Oeste com base em dados censitários do IBGE, principalmente em relação às taxas de urbanização, apontam que as microrregiões de Chapecó e São Miguel do Oeste sofreram retrações populacionais significativas a partir do final dos anos 80. (RAMMÉ, 2012)

A autora desenvolveu um estudo demonstrando o acentuado processo de urbanização na mesorregião Oeste Catarinense no intervalo de 2000 a 2010, destacando que o mesmo tem elevado a densidade populacional nas cidades de porte médio como decorrência da migração do meio rural e de pequenas cidades com economia pouco diversificada, “seja em infraestrutura, em formação profissional e em incentivo a formação de novas cadeias produtivas, para a reversão do cenário de estabilização e retração da população regional”. (idem, p. 259)

Neste sentido, a autora aponta que no contexto de desenvolvimento da região, existe a necessidade de estudos que ofereçam suporte para as políticas públicas articuladas e de investimentos em municípios de pequeno porte, que possam reverter à situação de esvaziamento populacional destes espaços, e consequentemente que venham minimizar os efeitos da concentração populacional em cidades de porte grande e médio.

Estas reflexões nos permitem levantar o pressuposto de que os catadores de material reciclável nos municípios a serem investigados são originários do meio rural e de pequenas cidades no entorno das cidades médias, que não encontram condições favoráveis de trabalho e renda, e que por este motivo, buscam na reciclagem uma alternativa. Estudos que tratem esta realidade de forma sistematizada na região oeste são escassos, por este motivo, ressaltamos novamente a importância desta pesquisa, principalmente no que diz respeito à identificação do perfil dos catadores, suas trajetórias, espaços e formas de organização produtiva e de representação.

Segundo Da Silva Freitas & Da Fonseca (2011), não há uma estatística precisa sobre o contingente total de catadores de recicláveis no Brasil. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) de 2008 (IBGE, 2010) há apenas pouco mais de 70 mil catadores de recicláveis nas áreas urbanas do país.

De acordo com os mesmos autores no estado de Santa Catarina estima-se um número de 3700 mil catadores nas áreas urbanas, sendo que desse total, 466 possuem idade até 14 anos, e 3234 com idade acima de 14 anos. Alertam os autores que estes dados foram informados ao IBGE pelas prefeituras e por este motivo devem ser lidos com



cautela, isto porque o nível de informalidade e estigma social do catador dificulta seu conhecimento pelos órgãos da administração pública. (DA SILVA FREITAS & DA FONSECA, 2011)

Por outro lado, o Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR), calcula a existência de mais de 800.000 mil catadores em todo o território nacional. No que diz respeito ao número de associações e cooperativas existentes no território nacional, o IBGE através dos dados da PNBS (2008) registrou um total de 5.564, perfazendo um número de 30390 catadores ligados a estas organizações.

Em Santa Catarina, a pesquisa registrou um número de 293 associações e cooperativas, perfazendo um número de 1051 catadores. Este número foi atualizado para o ano de 2010 conciliando dados de diferentes fontes tais como CEMPRE, MNCR e Rota da Reciclagem onde em Santa Catarina foram identificadas 34 organizações coletivas de catadores. (idem)

Segundo os mesmos autores (idem) a diferença entre os dados, demonstra que variáveis tais como o índice de mortalidade dos empreendimentos, o grau de informalidade e mesmo os critérios utilizados na constituição dos bancos de dados dificultam o efetivo levantamento das organizações em atuação.

PAPEL DO ESTADO

No que diz respeito às políticas públicas, a Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê o fim dos lixões em todas as cidades do país até 2014, colocando em relevo a situação de milhares de catadores que perderão sua fonte de renda. Esta questão levanta a necessidade de diagnósticos precisos sobre a realidade dos catadores organizados ou não em associações e cooperativas, com vistas a uma atuação mais efetiva das entidades públicas na gestão dos resíduos sólidos e no apoio aos catadores em suas atividades laborais e formas de organização cooperadas.

A economia solidária se baseia na observação de que pessoas de baixa renda, não inseridas no contexto organizacional comum e em situação de pobreza, sobrevivem por meio de pequenas atividades econômicas, formais e informais. A ES fundamenta-se em organizações sociais do trabalho, as quais se caracterizam por serem iniciativas associativas e terem a solidariedade como princípio básico (LIMA, 2001).

A economia solidária possui logicamente uma inserção econômica, porém sem estar desvinculada de uma inserção política já que pretende ser um modelo de produção



alternativo que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento convencional e que é autogestado por trabalhadores. Neste sentido para Singer (2002, p.86):

A economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro –, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses.

Porém, mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção e de organização social, porque não consegue inserir dentro de si toda a população economicamente ativa. Neste sentido Singer (2002, p.86-7) diz que a economia solidária cresce em função das crises sociais que o capitalismo engendra, e por isso, ela se viabiliza e se torna uma alternativa concreta.

Além da implementação de políticas públicas que possibilitaram o aumento da quantidade de iniciativas de gestão compartilhada, contemplando parcerias entre governos municipais e cooperativas de catadores, expandiu-se significativamente o número de catadores de rua, sucateiros, empresas recicladoras e outros empreendimentos privados interessados na coleta e comercialização de resíduos sólidos (MTE/SENAES/2011)

O reconhecimento da importância de diversos atores sociais como co-responsáveis na gestão de resíduos sólidos, a valorização da reciclagem e a promoção de ações educativas para mudanças de valores e hábitos da sociedade são alguns dos elementos centrais para uma gestão integrada, descentralizada e compartilhada. Trata-se de prioridades relativamente novas, uma vez que foram incorporadas a partir do início da década de 1990 por alguns governos municipais. Inúmeras razões explicam o desenvolvimento tardio destas novas prioridades: o descaso ou desconhecimento por parte da sociedade sobre os impactos socioambientais gerados pelos resíduos sólidos; a escassez de recursos públicos para esta atividade e uma cultura privilegiando uma abordagem técnica e não socioambiental da questão (JACOBI, 2006).





METODO:

O trabalho teve como objeto de estudo o Fórum de Resíduos Sólidos de Chapecó – FRSC, para veracidade das informações foi utilizado como instrumento de pesquisa à observação participante. Esta possibilitou quando na participação das reuniões ordinários do FRSC, apreender a uma totalidade integrada de significados. A análise documental das ATAS, Regimento Interno e registro de informações em jornais locais permitiram conhecer o espaço interno do FRSC.

Através da participação em reuniões do FRSC, neste sentido será utilizada como instrumento a *observação participante* (BECKER, 1999), na qual, o pesquisador “observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas”. Visando identificar e caracterizar os atores envolvidos no universo a ser pesquisado se realizará levantamentos em documentos relatórios de reuniões ordinárias do FRSC e bancos de dados disponíveis na internet, junto aos sites públicos da prefeitura local e Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES.

O CHOQUE DE INTERESSES:

O FRSC é caracterizado como um colegiado de discussão, consultivo no âmbito de seus objetivos, encaminhamentos de providências e medidas necessárias à defesa do meio ambiente, por meio do esforço conjunto de órgãos, entidades públicas e privadas comprometidas com a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, vem atuando de acordo com os planos setoriais do município e leis vigentes.

Por meio do esforço conjunto de órgãos, entidades públicas e privadas comprometidas com a gestão integrada dos resíduos sólidos vem atuando de acordo com os planos setoriais do município e leis vigentes na discussão e encaminhamento junto ao Poder Público o FRSC é visto como espaço de discussão, participação e mediação entre interesses de diferentes atores e instituições.

A democracia é analisada na perspectiva de ampliação da participação nos processos de representação que aponte para o princípio da autonomia democrática (CHAUÍ, 1990; HELD, 1987, 1997), onde a participação seja ampliada e circunscrita institucionalmente, na construção de democracias de maior intensidade (SANTOS; AVRITZER, 2002). A gestão do fórum é composta por uma coordenação geral eleita através de votação em assembleia.



A participação tornou-se um “lugar comum” no discurso de diversas lideranças políticas e sociais locais. Contudo, fica o questionamento se o fomento para a ampliação da participação aponta para uma maior autonomia das pessoas e grupos locais ou para a manutenção de práticas de dominação políticas e econômicas. (ROWER E HENRIQUES, 2006).

As discussões são levantadas primeiramente pelos grupos de trabalhos (GT) definidos também na assembléia: GT - Legislação Ambiental, Políticas Públicas e Plano Estratégico de Resíduos Sólidos; GT de Socioeconômico e Cultura e GT de Educação Ambiental. Após discussão entre os grupos de trabalho composta por instituições definidas pela proximidade das temáticas com atividade que as instituições desenvolvem, são levadas para reunião ordinária mensalmente realizada são discutidas e encaminhadas para a coordenação geral com encaminhamentos.

A ampliação de espaços institucionais para deliberação democrática traz em seu bojo o choque entre interesses que buscam uma apropriação particularista e exclusivista de bens materiais e simbólicos da sociedade, com interesses que defendem uma distribuição universalista e inclusiva destes bens (ROVER, 2010). Entende-se que o FRSC, na medida em que se configura como espaço para manifestação de diferentes idéias e necessidades, constitui-se como um dos agentes para o desenvolvimento social.

Segundo Castilhos Junior (2003), o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos deve ser integrado, englobando etapas articuladas entre si, desde ações que visem a não geração de resíduos até a disposição final, compatíveis com os demais sistemas do saneamento ambiental, sendo essencial a participação do governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada. Desta forma, um programa de coleta seletiva de lixo deve fazer parte do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Município, articulando-se, de maneira integrada, com as demais técnicas a serem adotadas para o tratamento e destinação do lixo.

É importante salientar que, qualquer que seja o método eleito para tratamento do lixo: compostagem, incineração, reciclagem, ou combinação destes, sempre haverá uma parcela maior ou menor de rejeitos, não sendo eliminada, em nenhuma das hipóteses, a necessidade de instalação de aterro sanitário.

O aterro sanitário é a forma de destinação final dos resíduos sólidos que contempla os requisitos de proteção ambiental, como impermeabilização, coleta e tratamento do chorume, coleta e queima dos gases, cobertura periódica do lixo com terra ou material inerte. Sem estas providências, o lixo se torna foco de doenças, insetos e roedores, além de causar poluição do ar e das águas subterrâneas.



Na gestão dos resíduos sólidos, a sustentabilidade ambiental e social se constrói a partir de modelos e sistemas integrados, que possibilitem tanto a redução do lixo gerado pela população, como a reutilização de materiais descartados e a reciclagem dos materiais que possa servir de matéria prima para a indústria, diminuindo o desperdício e gerando renda. Observa-se que os catadores de material reciclável prestam um serviço essencial para a sociedade. Pois na cadeia do material reciclável estão incluídos no processo inicial de transformação do material, fazem a triagem inicial de toda a matéria prima.

No entanto, apesar de constituírem um dos elos principais da cadeia produtiva da reciclagem e serem reconhecidos, como categoria, pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Esses trabalhadores têm pouco ou nenhum poder de barganha na comercialização dos materiais, cujos preços são definidos pelos compradores intermediários, seno muitas vezes confundidos com pedintes, principalmente, quando são obrigados a buscar os materiais no lixo.

O modelo apresentado considera o Estado como um elemento que permeia todo o processo de reciclagem de materiais. Seja nos âmbitos federal, estadual ou municipal, a administração pública teria a função de "... potencializar a adequação da atuação dos atores ou elos da cadeia produtiva da reciclagem, sob o ponto de vista ambiental, social e econômico".

Cabe ao Estado a definição de políticas públicas de apoio à reciclagem; atrair empresas que possam fomentar a cadeia produtiva da reciclagem; estabelecer parcerias com a sociedade civil organizada e iniciativa privada. Do exposto, pode-se inferir que o apoio do poder público aos catadores, seja na forma de campanhas educativas, ou de infra-estrutura, não se trata de uma política assistencial, e sim, de reconhecimento da sua importância para o gerenciamento dos resíduos sólidos, com o estabelecimento de parcerias entre governo e trabalhadores, em prol de objetivos comuns, como a preservação dos recursos naturais, a diminuição dos custos com a coleta regular do lixo e operação de aterros sanitários, a educação ambiental e o desenvolvimento local e sustentável.

Iniciativas da população, para separação domiciliar de resíduos sólidos, acabam se descontinuando, pela falta de um programa de coleta seletiva continuado, o que pode gerar a crença de que tais ações não tenham utilidade prática para a construção da cidadania. No entanto, um esforço conjunto dos órgãos de pesquisa, de organizações populares e do governo, pode gerar soluções que viabilizem a implantação da coleta seletiva em todos os municípios, respeitando suas características específicas.



Algumas destas soluções podem surgir da mudança de enfoque ou paradigma utilizado para se compreender a organização da sociedade e o desenvolvimento tecnológico. Desde sua criação o Fórum recebeu discussões relevantes de questões ambientais para que as instituições dessem seu parecer.

Foi o caso do uso das sacolas plásticas, tração animal (catadores), trabalho em condições insalubres dos catadores que recebem a coleta seletiva do município, educação ambiental sobre a separação do lixo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Embora a proposta traga em seu bojo a construção de um espaço de diálogo aberto e participativo, observa-se que ainda vigoram interesses pessoais, os quais apontam para resquícios do sistema anterior.

Como resultado, muitas vezes as discussões não chegam a definições concretas, práticas, deixando o processo moroso. Nesse ínterim a ITCP atuando com empreendimentos econômicos solidários incubados e está presente em espaços de discussão, representação e deliberação das questões relacionadas às associações de catadores de material reciclável, tais como o Fórum de Resíduos Sólidos do Município de Chapecó, Fóruns de Economia Solidária e Movimentos Sociais.

A ITCP no seu papel de ensino, pesquisa e extensão tem se configurado como mediadora do processo, aproximando os diferentes atores envolvidos, com vistas a possibilitar ampla e efetiva participação de todos na decisão e gestão dos resíduos sólidos do município. Neste processo a presença do Poder Público é de suma importância nas discussões, pois é exigência estabelecida em Lei que os catadores sejam incluídos no processo de gerenciamento dos resíduos sólidos.

Contudo, muitas vezes as decisões e posicionamentos voltam-se aos interesses políticos partidários, e até mesmo usam das discussões para tramitar projetos paralelos sem envolver a discussão do FRSC. Tais aspectos dificultam e inviabilizam a concretização do Fórum como espaço de participação social e democracia plena e efetiva.

Várias foram as questões até então levadas para a discussão no FRSC, discussões que precisam de definições enquanto sociedade civil. O FRSC foi responsável em realizar um parecer quanto ao uso das sacolas plásticas discussão pertinente em toda região.

Através do Grupo de Trabalho Políticas Públicas e Legislação vem apresentar sugestões referente à Lei Municipal nº 5688, de 08 de dezembro de 2009, de acordo com



reunião realizado na 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó/SC. A questão sobre a tração animal utilizada pelos catadores de materiais recicláveis), trabalho em condições insalubres dos catadores que recebem a coleta seletiva do município, educação ambiental sobre a separação do lixo.

Mas como mencionamos acima, neste espaço estão presentes forças sociais opostas, profissionais com conceitos diferentes e que muitas vezes as discussões não chegam a definições concretas. Também observamos que a presença do Poder Público é importante nas discussões, mas muitas vezes as decisões e posicionamentos tendem para siglas partidárias, o que dificulta e até mesmo usam das discussões para tramitar projetos paralelos sem envolver a discussão do FRSC.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CASTILHOS JUNIOR, A. B. de, et al. Resíduos Sólidos Urbanos: aterro sustentável para municípios de pequeno porte. Rio de Janeiro: ABES/RiMa, 2003, 294p.

CARELLI, M. N.; MENEGASSO, M. E. **A profissionalização da gestão ambiental pública:** bases epistemológicas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA. 10., 2005, Santiago, Chile. **Anais...** Santiago, Chile: CLAD, 2005. 24 p.

Chauí, Marilena de S. Cultura e Democracia (1990), *o discurso competente e outras falas*. 5. ed. São Paulo: Cortez.

CHENNA, S. I. M. **Lixo: gestão integrada e compartilhada** – manejo diferenciado. In: Seminário Lixo e Cidadania: região do grande ABC: Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, 2001.

IBGE. Banco de Dados Agregados. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. 2010.

JACOBI, P.R. et. al. **Programas municipais de coleta seletiva em parceria com organizações de catadores na Região Metropolitana de São Paulo – sustentabilidade socioeconômica, sanitária e ambiental**. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3., Brasília, 23- 26 maio 2006. Disponível em: <http://www.anppas.org.br> . Acesso em: 15 out. 2011.

LIMA, J. C. **As artimanhas da flexibilização:** o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2001.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Presidência da República, Lei n. 12.305, de 02 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm PNUD.



ROVER, Oscar J. Desenvolvimento local em territórios rurais: análise de políticas federais no período 1994-2005. In: Encontro Anual da ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. Papers... [Caxambu: ANPOCS], 2006. CD-ROM.

_____. Redes de poder e governança local: Análise da gestão político-administrativa em três fóruns de desenvolvimento com atuação na região Oeste de Santa Catarina/Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

Santos, Boaventura de S.e Avritzer, Leonardo (2002), “Introdução: para ampliar o cânone democrático”, in Santos, Boaventura de S. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 39-82.

SENAES/MTE. **Edital de CHAMADA PÚBLICA SENAES/MTE N.º 04/2011** - Fomento A Empreendimentos Econômicos Solidários E Redes De Cooperação Atuantes Com Recicláveis Disponível em www.mte.gov.br. Acesso em dezembro 2011.

SILVA, Enio Waldir da. **As funções sociais da universidade:** o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: EdUnijuí, 2002.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUZA SANTOS, Boaventura (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Graciela Alves de Borba Novakowski

Graduada em Serviço Social, Mestranda em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Unochapecó – Chapecó/SC - gracielan@unochapeco.edu.br

Scheila Girelli

Graduada em Psicologia, atualmente docente na Unochapecó curso de psicologia.
scheilapsi@unochapeco.edu.br